
Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais

Mônica Carvalho Alves Cappelle
Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo
Carlos Alberto Gonçalves

Resumo

A transformação de dados coletados, ainda no seu estado bruto, em resultados de pesquisa, envolve a utilização de determinados procedimentos para sistematizar, categorizar e tornar possível sua análise por parte do pesquisador. No caso específico da análise de comunicações, são exigidos mecanismos apropriados para encontrar em dados obtidos por meio de entrevistas, mensagens e documentos em geral, informações que ilustrem, expliquem ou ajudem a revelar os fenômenos investigados. Entre esses mecanismos, inserem-se a análise de conteúdo e a análise do discurso como propostas teórico-metodológicas, com a pretensão de ultrapassarem o status de simples técnicas de análise para comporem um campo do conhecimento. Diante desse fato, o presente texto foi elaborado com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão acerca do que constitui a análise de conteúdo e a análise do discurso, a fim de fornecer a pesquisadores alguns subsídios para sua adequada utilização. Para tanto, procurou-se abordar esses dois campos do conhecimento, primeiramente, fornecendo sua definição, contextualizando-os e relatando suas origens históricas. Em seguida, procurou-se tratar da utilização, operacionalização e organização de cada um, bem como de suas especificidades. Posteriormente, elaboraram-se algumas comparações entre a análise de conteúdo e a análise do discurso, visando a facilitar a compreensão do leitor. Por último, teceram-se algumas considerações finais que trataram das limitações deste trabalho no sentido de tentar abordar em um curto ensaio duas áreas do conhecimento sobre as quais existe uma vasta amplitude de estudos, publicações e pesquisas.

Termos para Indexação: análise de conteúdo, análise do discurso, ciências sociais

Analysis of contents and analysis of speech in social sciences

Abstract

Transforming collected raw-state data into research results involves the use of certain procedures so as to systematize, categorize and enable its analysis by the researcher. In the specific case of the analysis of communications, adequate mechanisms are demanded so one is able to find in data obtained by means of interviews, messages and documents in general information that illustrate, explain or help bring investigated phenomena to light. Among such mechanisms are the analysis of contents and the analysis of speech as theoretical-methodological propositions, intending to surpass their status as "simple techniques of analysis" and compose a field of knowledge. Thus, this present text has been elaborated aiming to providing a better understanding about what constitutes the contents and speech analyses, so as to providing researchers with some subsidy for their adequate utilization. For such, the authors intended to approach these two fields of knowledge, primarily giving their definition, contextualizing them and reporting their historical origins. Next, the authors sought to dealing with each one's utilization, operationalization and organization, as well as with their specificities. Later, some comparisons between the analysis of contents and the analysis of speech were elaborated, aiming to facilitate the reader's understanding. Last, some final considerations were woven which deal with the limitations of this work in the sense of trying to approach, in a short essay, two areas of knowledge about which a vast amplitude of studies, publishings and research already exist.

Key-words: analysis of contents, analysis of speech, social sciences

1 Introdução

“Os pesquisadores costumam encontrar três grandes obstáculos quando partem para a análise dos dados recolhidos no campo(...) O primeiro deles(...)’ilusão da transparência’(...)O segundo(...)sucumbir à magia dos métodos e das técnicas(...)O terceiro(...)é a dificuldade de se juntarem teorias e conceitos muito abstratos com os dados recolhidos no campo.” (Minayo, 2000: p. 197).

A transformação de dados coletados, ainda no seu estado bruto, em resultados de pesquisa envolve a utilização de determinados procedimentos para sistematizar, categorizar e tornar possível sua análise por parte do pesquisador. No caso específico da análise de comunicações, são exigidos mecanismos apropriados para encontrar em dados obtidos por meio de entrevistas, mensagens e documentos em geral, informações que ilustrem, expliquem ou ajudem a revelar os fenômenos investigados. Entre esses mecanismos, inserem-se a análise de conteúdo e a análise de discurso como propostas teórico-metodológicas, com a pretensão de ultrapassarem o status de simples técnicas de análise para comporem um campo do conhecimento. De fato, tanto uma quanto outra são operacionalizadas por meio de técnicas de análise específicas que seguem os princípios teóricos em que se fundamenta cada uma.

Apesar de ambas auxiliarem a análise de comunicações, a análise de conteúdo e a análise de discurso diferem quanto à sua fundamentação teórica. Entretanto, percebe-se ainda a existência de ambigüidades na diferenciação entre elas, em suas definições e na sua utilização no âmbito das ciências sociais. A análise de discurso, surgida depois da análise de conteúdo, é também classificada por alguns autores como uma entre as técnicas utilizadas pela análise de conteúdo, sofrendo críticas acerca de seus princípios. Apesar disso, a análise de discurso tem sido muito utilizada e tem se mostrado adequada para o trabalho com dados qualitativos, principalmente quando se trata de identificação de relações de poder permeadas por mecanismos de dominação escondidos sob a linguagem.

O presente texto foi elaborado com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão acerca do que constitui a análise de conteúdo e a análise de discurso, a fim de fornecer a pesquisadores alguns subsídios para sua adequada utilização. Para tanto, procurou-se abordar esses dois campos do conhecimento, primeiramente, relatando suas origens históricas, contextualizando-os e fornecendo sua definição. Em seguida, procurou-se tratar da utilização, operacionalização e organização de cada um, bem como de suas especificidades. Posteriormente, elaboraram-se algumas comparações entre a análise de conteúdo e a análise do discurso, visando a facilitar a compreensão do leitor. Por último, teceram-se algumas considerações finais que trataram das limitações deste trabalho no sentido de tentar abordar em um curto ensaio duas áreas do conhecimento sobre as quais existe uma vasta amplitude de estudos, publicações e pesquisas.

2 O estudo da linguagem: as origens da lingüística e a análise de comunicações

O interesse pelo estudo da linguagem por parte do ser humano existe há muito tempo, o que pode ser verificado na literatura, em poesias, nas religiões ou em letras de músicas que tratam do assunto. Orlandi (1989) revela a existência desse interesse entre os pensadores da Grécia antiga, entre os antigos hindus, na redescoberta do sânscrito¹ no século XIX, na Idade Média, dentre outras diversas épocas em que a curiosidade do homem sobre a língua ainda não tinha se firmado como uma forma de ciência, o que foi concretizado com o surgimento da lingüística. Similarmente, Bardin (1979) comenta que a hermenêutica, arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos, é muito antiga e, desde o início de sua prática, buscava-se compreender mensagens ocultas com duplo sentido, cuja interpretação dependia de observação cuidadosa e intuição carismática. Também a retórica, que estudava as modalidades de expressão da fala persuasiva, e a lógica, que buscava a determinação do encadeamento do raciocínio pela análise dos enunciados de um discurso, são consideradas técnicas ancestrais de análise de comunicações.

A lingüística inaugurou-se no início do século XX e teve que comprovar o apuro de seu método e a configuração precisa de seu objeto para se impor como ciência. Segundo Orlandi (1989), a constituição da lingüística possui dois momentos-chave: o século XVII, em que os estudos da linguagem foram marcados pelo racionalismo, mediante o qual se buscava estabelecer princípios universais lógicos que deveriam reger todas as línguas e o século XIX, no qual a compreensão da linguagem passou a envolver o fato de que as línguas se transformam com o tempo, ou seja, sua mudança e suas especificidades. Surge, então a metalinguagem: a utilização de símbolos para descrever a própria língua, ou o uso da linguagem para falar dela própria.

¹ Língua sagrada da Índia antiga por meio da qual os hindus buscavam estabelecer pela palavra uma relação íntima com Deus (Orlandi, 1989).

A lingüística conhecida atualmente originou-se dos trabalhos de Ferdinand de Saussure e de sua análise de anagramas², procurando mostrar como há um texto latente sob um outro texto poético agindo na mente do leitor. Para Saussure, a língua é um sistema abstrato, um fato social, cujos elementos só adquirem valor à medida que se relacionam com o todo do qual fazem parte (Orlandi, 1989). Essa organização interna da língua, denominada por Saussure de sistema, é posteriormente chamada por seus sucessores de estrutura, o que passa a definir o método que dá à lingüística a posição de ciência como Estruturalismo.

A autora descreve que o Estruturalismo, bem sucedido desde sua origem, adotou diversas formas no interior da lingüística, como o Funcionalismo, cujo objetivo é considerar as funções desempenhadas pelos elementos lingüísticos e o Distribucionalismo, que propõe uma explicação comportamental (behaviorista) dos fatos lingüísticos, fundamentada no esquema estímulo-resposta; ambos considerados correntes teóricas com finalidades descritivas para a linguagem. No fim da década de 1960, o Estruturalismo estava em seu apogeu. Nessa época, estando extremamente generalizado, passou a ser exportado para outras ciências humanas, como para a etnografia, por Lèvi-Strauss, com a introdução da análise mítica, ou seja, o confronto entre as diversas versões de um mito; ou se torna inspirador de reflexões por Lacan, Foucault, Althusser ou Derrida (Gadet, 1997).

Acerca desse período, Henry (1997) critica que os conceitos e os métodos lingüísticos transmitidos pelo Estruturalismo foram transferidos para outros campos sem terem sofrido reelaborações fundamentais. Contudo, diante dessa generalização do Estruturalismo, Pêcheux (1997) pondera que as diferentes disciplinas que o adotaram, como a etnologia, a crítica literária e a sociologia, reconhecem o deslocamento conceitual introduzido por Saussure que consiste em pensar a língua como um sistema e, uma vez que existam sistemas sintáticos, surge a hipótese de que existam do mesmo modo sistemas míticos, literários, etc.

Posteriormente, Chomsky produziu uma mudança na lingüística ao introduzir a Gramática Gerativa (Transformacional), a qual permite, a partir de um número limitado de regras, gerar um número infinito de seqüências que são frases, associando-lhes uma descrição de cunho dedutivo. Nesse ponto, a teoria da linguagem deixa de ser apenas descritiva para ser também explicativa, trazendo a contribuição dos estudos das áreas da lógica e da matemática e das questões sobre os fundamentos biológicos da linguagem, relacionados à espécie humana (Orlandi, 1989).

Segundo a autora, os recortes feitos por Saussure e Chomsky deixam de lado a situação real de uso da linguagem (a fala e o desempenho) para ficar com o que é virtual e abstrato (a língua e a competência). Porém, essa tendência, conhecida por Formalista, apesar de dominante na lingüística, também convive com outras tendências que buscam um meio de sistematizar os usos concretos da linguagem por falantes reais. Esses estudos atribuem maior importância ao contexto de situação, de sociedade e de história em que se inserem as comunicações. Essa relação entre linguagem e sociedade, para Orlandi (1989), tem sido pesquisada por diversas metodologias, cuja diferença se deve ao fato de tomarem a linguagem ora como causa, ora como efeito da sociedade.

A Sociolingüística toma a sociedade como uma causa da linguagem, a qual reflete as estruturas sociais. Uma outra postura, a Etnolingüística, considera a linguagem como causa das estruturas sociais e culturais, funcionando como organizadora do mundo. A autora aponta, ainda, estudos paralelos a esses, de acordo com os quais não há separação entre ações lingüísticas e sociais, as quais são mutuamente constitutivas e inseparáveis, o que é defendido pela Sociologia da Linguagem. Assim, inicia-se a crescente importância atribuída às teorias que consideram tanto a relação linguagem/pensamento, quanto a relação linguagem/sociedade. A simples organização das unidades fonológicas, morfológicas e sintáticas passa a abrir caminho para o estudo da significação, como é o caso da análise de conteúdo e da análise do discurso.

3 A análise de conteúdo nas ciências sociais

A análise de conteúdo tem sido muito utilizada na análise de comunicações nas ciências humanas e sociais. Minayo (2000) afirma ser um método mais comumente adotado no tratamento de dados de pesquisas qualitativas. Contudo, não é somente em investigações qualitativas que a análise de conteúdo pode ser utilizada. Harris (2001) aponta que alguns autores, como Silverman (1993)³ e Neuman (1994)⁴, a consideram um conjunto de técnicas quantitativas, enquanto outros (Berg, 1998⁵; Insch et al., 1997⁶; Sarantakos, 1993⁷) acreditam que ela possui elementos tanto da abordagem quantitativa como da qualitativa, porque, nesse caso,

² Anagramas são palavras formadas pela transposição de letras de outras palavras ou frases (Orlandi, 1989).

³ SILVERMAN, D. **Interpreting qualitative data: methods for analyzing talk, text and interaction.** Thousand Oaks, CA: Sage, 1993.

⁴ NEUMAN, W. L. **Social research methods.** 2. Ed. Boston, MA: Allyn & Bacon, 1994.

⁵ BERG, B. L. **Qualitative research methods for the social sciences.** 3. Ed. Boston, MA: Allyn & Bacon, 1998.

⁶ INSCH, G. S.; MOORE, J. E.; MURPHY, L.D. Content analysis in leadership research: examples, procedures and suggestions for future use. **Leadership Quarterly**, v. 8, p. 1-25.

⁷ SARANTAKOS, S. **Social research.** South Melbourne: Macmillan Australia, 1993.

a contagem da manifestação dos elementos textuais que emerge do primeiro estágio da análise de conteúdo servirá apenas para a organização e sistematização dos dados, enquanto as fases analíticas posteriores permitirão que o pesquisador apreenda a visão social de mundo por parte dos sujeitos, autores do material textual em análise. Antes de tratar das etapas por meio das quais se desenvolve a análise de conteúdo, torna-se necessário apresentar uma definição do que ela venha a ser, bem como elaborar um breve relato de como ela surgiu.

3.1 Definição e contextualização da análise de conteúdo

Para Bardin (1979), a análise de conteúdo abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas). Mais especificamente, a análise de conteúdo constitui:

“Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 1979:42).

Como se pode perceber pela definição apresentada, a autora defende que a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, resultando na elaboração de indicadores quantitativos e/ou qualitativos que devem levar o pesquisador a uma segunda leitura da comunicação, baseado na dedução, na inferência. Essa nova compreensão do material textual, que vem substituir a leitura dita “normal” por parte do leigo, visa a revelar o que está escondido, latente, ou subentendido na mensagem. Logo, a análise de conteúdo pode ser utilizada tanto em pesquisas de cunho quantitativo, quanto qualitativo, nas ciências sociais. Minayo (2000) acredita que a grande importância da análise de conteúdo consiste, justamente, em sua tentativa de impor um corte entre as intuições e as hipóteses que encaminham para interpretações mais definitivas, sem, contudo, se afastar das exigências atribuídas a um trabalho científico.

No entanto, a origem da análise de conteúdo remete a metodologias quantitativas, cuja lógica se baseava na interpretação cifrada do material de caráter qualitativo, em que o rigor científico invocado era caracterizado pela pretensa objetividade dos números e das medidas (Minayo, 2000). Uma breve exposição histórica da evolução da análise de conteúdo explicita seu desenvolvimento como instrumento de análise das comunicações. Nesse caso, o que a diferencia e caracteriza em relação às outras técnicas anteriores a ela é a presença de processos técnicos de validação.

O desenvolvimento da análise de conteúdo como procedimento de exame de comunicações de cunho jornalístico se deu desde o início do século no Estados Unidos da América, durante cerca de 40 anos. A Universidade de Colúmbia, durante a I Guerra Mundial, foi pioneira nesses estudos quantitativos de material de imprensa e propaganda, caracterizados pelo fascínio pela contagem, pela medida e pelo rigor matemático. Esses estudos ampliaram-se na década de 1940, tendo como foco principal a busca por desvendar a propaganda nazista entre as comunicações da II Guerra Mundial e como marco distintivo as análises estatísticas de valores, fins, normas, objetivos e símbolos. Nessa época, o *behaviorismo* impõe, no meio das ciências psicológicas, a rejeição da introspecção intuitiva em detrimento da psicologia comportamental objetiva e os critérios fundamentais exigidos para atestar o rigor científico das análises passam a ser o trabalho com amostras reunidas de maneira sistemática, a interrogação sobre a validade dos procedimentos de coleta e dos resultados, o trabalho com codificadores que permitiam verificação de fidelidade, a ênfase na análise de frequência como critério de objetividade e de cientificidade, e a possibilidade de mensurar a produtividade da análise (Bardin, 1979; Minayo, 2000). Esse caráter obsessivo, comum ao surgimento de uma prática metodológica nascente - o positivismo⁸ -, excluiu outras possibilidades de exploração de material qualitativo pela análise de conteúdo.

Bardin (1979) afirma que no período seguinte à II Guerra Mundial, a análise de conteúdo caiu no descrédito e no desinteresse dos investigadores, cujos trabalhos não obtiveram o alcance e nem o mérito esperados. Contudo, nos anos 1950, houve uma revitalização da mesma, que passou a ser novamente discutida em vários congressos sobre Psicolingüística de forma mais aberta e diversificada. Para os problemas ainda não abrangidos pela análise de conteúdo, foram desenvolvidas novas perspectivas metodológicas e surgem, dessa vez, novos questionamentos por outras áreas das ciências sociais além do Jornalismo, como a

⁸ Conceito utilizado por Burrell & Morgan (1979:5) para caracterizar um tipo particular de epistemologia que busca explicar e prever o que acontece no mundo social, mediante a busca de regularidades e de relações causais entre seus elementos constituintes.

Etnologia, a História, a Psiquiatria, a Psicanálise, a Lingüística, a Sociologia, a Psicologia e a Ciência Política, cada uma propondo sua contribuição.

Com a acentuação do debate entre a pesquisa quantitativa e qualitativa nas ciências sociais, passa-se a discutir também a utilização da análise de conteúdo tanto por uma, quanto por outra abordagem. Nesse caso, as análises quantitativas preocupam-se com a frequência com que surgem determinados elementos nas comunicações, preocupando-se mais com o desenvolvimento de novas formas de procedimento para mensurar as significações identificadas. Por outro lado, os enfoques qualitativos voltam sua atenção para a presença ou para a ausência de uma característica, ou conjunto de características, nas mensagens analisadas, na busca de ultrapassar o alcance meramente descritivo das técnicas quantitativas para atingir interpretações mais profundas com base na inferência (Bardin, 1979; Minayo, 2000). Apesar das polêmicas criadas em torno das duas abordagens, esses debates contribuíram para a ampliação do uso da análise de conteúdo, auxiliada pela redução da rigidez requerida para a objetividade nas ciências sociais e pela maior aceitação da combinação entre compreensão clínica e compreensão estatística nas análises. Minayo (2000) acredita também que o desenvolvimento da informática e o da semiótica são outros fatores que têm favorecido o incremento nas modalidades de tratamento dos dados da comunicação; a primeira tem potencializado o rigor técnico nas análises de conteúdo, enquanto a segunda tem permitido a dinamização na compreensão das significações.

A análise de conteúdo, desde seu surgimento até os dias atuais, teve sua evolução perpassada por períodos de aceitação e de negação, despertando, ainda hoje, contradição e questionamento. Entretanto, assim como toda técnica de investigação, procura proporcionar aos investigadores um meio de apreender as relações sociais em determinados espaços, de uma forma apropriada ao tipo de problema de pesquisa proposto. A análise de conteúdo visa, portanto, *“a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação”* (Minayo, 2000).

3.2 Utilização, operacionalização e organização da análise de conteúdo

Para Bardin (1979), a análise de conteúdo possui duas funções que podem coexistir de maneira complementar:

- a) uma função heurística, que visa a enriquecer a pesquisa exploratória, aumentando a propensão à descoberta e proporcionando o surgimento de hipóteses quando se examinam mensagens pouco exploradas anteriormente; e
- b) uma função de administração da prova, ou seja, servir de prova para a verificação de hipóteses apresentadas sob a forma de questões ou de afirmações provisórias.

Atendendo a essas funções, a análise de conteúdo se aplica a diversos domínios, como demonstrado na Tabela 1.

TABELA 1 – Domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo

Código e suporte	Número de pessoas implicadas na comunicação			
	Uma pessoa (monólogo)	Comunicação dual (diálogo)	Grupo restrito	Comunicação de massa
Lingüístico escrito	Agendas, maus pensamentos, congeminações, diários íntimos.	Cartas, respostas a questionários e a testes projetivos, trabalhos escolares.	Ordens de serviço numa empresa, todas as comunicações escritas, trocadas dentro de um grupo.	Jornais, livros, anúncios publicitários, cartazes, literatura, textos jurídicos, panfletos.
Lingüístico oral	Delírio do doente mental, sonhos.	Entrevistas e conversações de qualquer espécie.	Discussões, entrevistas, conversações de grupo de qualquer natureza.	Exposições, discursos, rádio, televisão, cinema, publicidade, discos.
Ícônico (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes, etc.)	Garatujas mais ou menos automáticas, grafitos, sonhos.	Resposta aos testes projetivos, comunicação entre duas pessoas mediante imagem.	Toda a comunicação icônica num pequeno grupo (p.ex.: símbolos icônicos numa sociedade secreta, numa casta...).	Sinais de trânsito, cinema, publicidade, pintura, cartazes, televisão.

Outros códigos semióticos (i.é, tudo que não sendo lingüístico pode ser portador de significações; ex.: música, objetos, comportamento, espaço, tempo, sinais patológicos, etc.)	Manifestações históricas da doença mental, posturas, gestos, tiques, dança, coleções de objetos.	Comunicação não verbal com destino a outrem (posturas, gestos, distância espacial, sinais olfativos, manifestações emocionais, objetos quotidianos, vestuário, alojamento...), comportamentos diversos, tais como os ritos e as regras de cortesia.	Meio físico e simbólico: sinalização urbana, monumentos, arte...; mitos, estereótipos, instituições, elementos de cultura.
--	--	---	--

Adaptado de Bardin (1979: p. 229).

Bardin (1979) caracteriza a análise de conteúdo como sendo empírica e, por esse motivo, não pode ser desenvolvida com base em um modelo exato. Contudo, para sua operacionalização, devem ser seguidas algumas regras de base, por meio das quais se parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado. Nesse sentido, a análise de conteúdo relaciona as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articula a superfície dos textos com os fatores que determinam suas características (variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem) (Minayo, 2000). Para Bardin (1979), não se trata de atravessar os significantes para atingir significados, como se faz na leitura normal, mas de, por meio dos significantes e dos significados (manipulados), buscar-se diferentes significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, dentre outros.

O processo de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, promovido pela análise de conteúdo, é organizado em três etapas realizadas em conformidade com três pólos cronológicos diferentes. De acordo com Bardin (1979) e Minayo (2000), essas etapas compreendem:

- a) a pré-análise: fase de organização e sistematização das idéias, em que ocorre a escolha dos documentos a serem analisados, a retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado, e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final. A pré-análise pode ser decomposta em quatro etapas: *leitura flutuante*, na qual deve haver um contato exaustivo com o material de análise; *constituição do Corpus*, que envolve a organização do material de forma a responder a critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; *formulação de hipóteses e objetivos*, ou de pressupostos iniciais flexíveis que permitam a emergência de hipóteses a partir de procedimentos exploratórios; *referenciação dos índices e elaboração dos indicadores* a serem adotados na análise, e *preparação do material* ou, se for o caso, edição;
- b) a exploração do material: trata-se da fase em que os dados brutos do material são codificados para se alcançar o núcleo de compreensão do texto. A codificação envolve procedimentos de recorte, contagem, classificação, desconto ou enumeração em função de regras previamente formuladas, e
- c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: nessa fase, os dados brutos são submetidos a operações estatísticas, a fim de se tornarem significativos e válidos e de evidenciarem as informações obtidas. De posse dessas informações, o investigador propõe suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos, ou identifica novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material. Os resultados obtidos, aliados ao confronto sistemático com o material e às inferências alcançadas, podem servir a outras análises baseadas em novas dimensões teóricas ou em técnicas diferentes.

Apesar de ser orientada nas três fases descritas anteriormente, a análise de conteúdo propriamente dita, vai depender especificamente do tipo de investigação a ser realizada, do problema de pesquisa que ela envolve e do corpo teórico adotado pelo pesquisador, bem como do tipo de comunicações a ser analisado. Cabe ao pesquisador fazer o jogo entre as hipóteses, entre a ou as técnicas e a interpretação (Bardin, 1979). O exemplo 1 é um estudo empírico fornecido por essa autora (a qual acredita que a formação em análise de conteúdo se faz pela prática), que pode facilitar a compreensão do leitor ao ilustrar a realização de um processo de análise de conteúdo. Deve-se atentar, contudo, para o fato de que o exemplo constitui apenas uma proposta de análise de conteúdo, a qual pode ser alterada de acordo com as opções do pesquisador.

EXEMPLO 1 - Análise de respostas a questões abertas: a simbólica do automóvel

Trata-se de um tipo de análise de conteúdo clássico e muito conhecido: o classificatório, no qual se analisam respostas a perguntas abertas de um questionário aplicado a uma amostra de homens (H) e mulheres (M) adultos.

Pergunta a) "A que é, geralmente, comparado um automóvel?"

Respostas:

- *"Com uma mulher."* (H)
- *"É comparado muitas vezes com uma fera: um tigre, um puro-sangue."* (H)
- *"Para mim, um carro é como uma mulher: uma mulher familiar e possuída."* (H)
- *"É comparado a um abrigo, uma casa que protege e isola do mundo exterior."* (H)
- *"Um carro é um meio de transporte como outro qualquer, é útil."* (M)
- *"É como um amigo fiel, alguém com quem nos sentimos cúmplices."* (M)

Pergunta b) "Se o seu automóvel falasse, o que lhe diria ele?"

Respostas:

- *"Brutaliza-me."* (H)
- *"Se fôssemos dar uma volta, os dois, ao campo?"* (H)
- *"O meu dois cavalos dir-me-ia: 'olá: sobe, onde vamos?'"* (H)
- *"Pobre carro! Dir-me-ia que o fechei numa prisão e que só o tiro de lá ao domingo. E eu teria vergonha."* (H)
- *"O meu carro dir-me-ia: 'estafas-me; trata-me mal, não cuidas de mim, não me alimentas suficientemente, exploras-me e um dia destes meto baixa por doença.'"* (M)
- *"Sou bonito, mais bonito do que tu."* (M)
- *"Não me des tanto mimo."* (M)
- *"Ele dir-me-ia: 'dá-me de beber, lava-me, faz-me brilhar.'"* (M)
- *"Tenho vontade de dar uma volta grande contigo."* (M)

Propostas de análise: a partir da leitura flutuante, surgem intuições que levam à formação de hipóteses, como: as relações que um indivíduo mantém com o seu automóvel não são estritamente funcionais, mas estão coloridas de afetividade, simbolicamente carregadas. São relações que remetem a estereótipos relativos ao automóvel e variam segundo determinadas características, como o sexo, entre outras. Logo, é possível classificá-las segundo o critério do objeto de referência citado (mulher, animal, etc.) e inferir, a partir dos resultados, a respeito da imagem socioafetiva do automóvel numa dada população. A classificação também pode se dar segundo outra dimensão de análise: o tipo de relação psicológica mantida em relação ao objeto automóvel (dominação, dependência, cumplicidade, cuidados quase maternos, rivalidade, agressividade, relação puramente funcional, etc.). Essas duas dimensões de categorias podem, posteriormente, ser cruzadas, possibilitando o surgimento de um sentido suplementar para o pesquisador que torna visíveis certos tipos ou modelos de comportamento emocionais (mais ou menos inconscientes) em relação ao objeto automóvel na população estudada. Esse cruzamento pode ser realizado sob a forma de um quadro de dupla entrada:

Cabe ressaltar que o procedimento de classificação adotado pode partir do geral para o particular, pela determinação das categorias de classificação para depois arrumar o todo; ou do particular para o geral, partindo-se do agrupamento progressivo dos elementos particulares por aproximação até chegar às categorias finais.

Esse procedimento de análise do conteúdo indica a maneira como o simbolismo é vivido pelos indivíduos diante do objeto de consumo "automóvel", mas também pode remeter às imagens de cada um em relação à atitude positiva ou negativa perante a vida urbana e tecnológica. Outra possibilidade de análise, entre muitas, se refere ao comportamento masculino e feminino para com os automóveis, visto que, por um lado, a relação homem/automóvel se mostra unívoca, marcada pela assimilação do automóvel à mulher, enquanto que, por outro lado, a relação simbólica da mulher com o carro parece ambígua, instável e dicotomizada, já que o símbolo Dominante na sociedade do carro como imagem feminina faz com que as mulheres criem novas conotações e novas relações simbólicas com esse objeto de consumo.

Adaptado de Bardin (1979: p.59-63).

OBJETO DE COMPARAÇÃO	TIPO DE RELAÇÃO					
	Funcional	Amorosa	De dominação	De dependência	De rivalidade	De cuidados
Mulher						
Animais dinâmicos (tigre, puro-sangue, etc.)						
Transportes coletivos						
Ausência de objeto de comparação						
Percentagens absolutas e relativas						

3.3 Técnicas de análise de conteúdo

Existem várias técnicas desenvolvidas na análise de conteúdo que atuam no sentido de promover o alcance e a compreensão dos significados manifestos e latentes no material de comunicação (Minayo, 2000), as quais serão apresentadas a seguir.

- a) **Análise temática ou categorial:** o exemplo apresentado no sub-item 2.2 compreende o tipo de técnica mais utilizado pela análise de conteúdo, a análise temática ou categorial, que consiste em operações de desmembramento do texto em unidades (categorias), segundo reagrupamentos analógicos Minayo (2000). Essas operações visam a descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, preocupando-se com a frequência desses núcleos, sob a forma de dados segmentáveis e comparáveis, e não com sua dinâmica e organização (Bardin, 1979). Por esse motivo, (Minayo, 2000) acredita ser uma técnica com raízes positivistas com crença baseada na significação da regularidade. Contudo, a autora defende que já há algumas variantes que trabalham com significados em lugar de inferências estatísticas.
- b) **Análise de avaliação ou representacional:** essa técnica de análise de conteúdo visa a medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que ele fala (pessoas, coisas, acontecimentos) e fundamenta-se no fato de que a linguagem representa e reflete diretamente aquele que a utiliza. Neste caso, os indicadores utilizados para se fazer inferências acerca da fonte de emissão estão explicitamente contidos na comunicação. A análise de avaliação atém-se à direção e à intensidade dos juízos, atendendo-se, basicamente, à atitude, ou predisposição do emissor da mensagem para reagir sob a forma de opiniões (nível verbal), ou de atos (nível comportamental), em presença de objetos, de uma maneira determinada (Bardin, 1979; Minayo, 2000).
- c) **Análise da expressão:** é um conjunto de técnicas que trabalham indicadores (estrutura da narrativa) para atingir a inferência formal. A análise da expressão parte do princípio de que há uma correspondência entre o tipo de discurso e as características do locutor e de seu meio. Logo, existe a necessidade de se conhecer o autor da fala, sua situação social e dados culturais que o moldam para se partir para a análise (Minayo, 2000). Essas técnicas são mais propícias de aplicação na investigação da autenticidade de documentos (literatura, história), na psicologia clínica (psicoterapia, psiquiatria), em discursos políticos ou outros susceptíveis de veicularem ideologias (retórica) (Bardin, 1979).
- d) **Análise das relações:** a análise das relações busca extrair do texto as relações entre elementos da mensagem, completando a análise freqüencial simples, ou seja, procura a aparição associada de dois ou mais elementos no texto, atendendo-se às relações que eles mantêm entre si. Pode ser subdivida entre dois subtipos. O primeiro é a análise de co-ocorrências, que visa a identificar a presença simultânea de elementos. Os procedimentos adotados para esse subtipo de análise são: a escolha das unidades de registro e sua categorização, a escolha das unidades de contexto e o recorte do texto em fragmentos, a codificação, o cálculo das co-ocorrências (mediante matriz de contingência) e comparação com o acaso, e a representação/interpretação dos resultados. O segundo subtipo consiste na análise estrutural, que procura a manifestação de uma mesma estrutura em fenômenos diversos. Os procedimentos adotados na análise estrutural partem da desestruturação do texto, a fim de explicá-lo, para, posteriormente, reconstruí-lo (Bardin, 1979).
- e) **Análise da enunciação:** a análise da enunciação diferencia-se das outras técnicas de análise de conteúdo porque se apóia na concepção da comunicação como um processo e funciona desviando-se das estruturas e dos elementos formais presentes no texto. Ela trabalha com as condições de produção da palavra e com as modalidades do discurso (análise sintática e paralingüística, análise lógica, análise dos elementos formais atípicos: silêncios, omissões, ilogismos, e realce das figuras de retórica)

(Minayo, 2000). De acordo com Bardin (1979), deve seguir o seguinte roteiro: constituição do Corpus, preparação do material e etapas de análise (alinhamento e dinâmica do discurso para encontrar a lógica inerente à estrutura da mensagem, análise do estilo e análise dos elementos atípicos e figuras de retórica). O confronto entre as etapas de análise percorridas deve permitir a compreensão do seu significado.

Após a definição e contextualização da análise de conteúdo e da exposição sobre sua operacionalização, organização e técnicas, introduz-se a análise do discurso, a fim de que, posteriormente, seja possível traçar um paralelo entre esses dois campos do conhecimento.

4 A análise do discurso

A classificação e a utilização da análise do discurso nas ciências sociais encontram-se permeadas por uma certa problemática que reflete uma falta de consenso entre autores. Bardin (1979) sustenta que a análise do discurso pertence ao campo da análise de conteúdo, justificando que se trata de uma técnica cujos procedimentos têm como objetivo a inferência acerca de uma estrutura profunda (processos de produção) a partir de efeitos de superfície discursiva (manifestações semântico-sintáticas). Essa autora afirma, ainda, que a análise do discurso tem por objetivo substituir e destruir a análise de conteúdo, mas acredita que esse fato não é possível porque lhe faltam realizações técnicas. Essa visão contrária à análise do discurso pode ser ilustrada pelo seguinte depoimento da autora:

“(...)existe uma tentativa totalitária (no sentido em que se procura integrar no mesmo procedimento conhecimentos adquiridos ou avanços até aí dispersos ou de natureza disciplinar estranha: teoria e prática lingüística, teoria do discurso como enunciação, teoria da ideologia e automatização do procedimento) cuja ambição é sedutora, mas em que as realizações são anedóticas. O que é deplorável!” (Bardin, 1979: p. 222).

Minayo (2000), por sua vez, afirma que há pouco acúmulo de produção teórica e prática no campo da análise do discurso, mas a considera uma proposta de trabalhar a linguagem diferente da análise de conteúdo. Para a autora, a análise de discurso está situada entre a lingüística tradicional e a análise de conteúdo, diferenciando-se por constituir uma prática-teórica historicamente definida.

A análise do discurso envolve a reflexão acerca das condições de produção dos textos analisados, as quais, de acordo com Orlandi (2001), o situam em um contexto histórico-ideológico mais amplo. Essa autora defende que a análise de discurso busca desvendar os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem, não se tratando nem de uma teoria descritiva, nem explicativa, mas com o intuito de constituir uma proposta crítica que problematiza as formas de reflexão anteriormente estabelecidas.

4.1 Considerações sobre a análise do discurso

A análise de discurso visa a refletir sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos e busca compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção social do sentido (Minayo, 2000). A análise de discurso trabalha o ponto de articulação da língua com a ideologia e procura explicitar o modo como se produzem as ilusões do sujeito e dos sentidos (os pontos de estabilização referencial e os de subjetivação). Nesse processo, o analista deve evidenciar a compreensão do que é a textualização do político, a simbolização das relações de poder, o modo de historicização dos sentidos, o modo de existência dos discursos no sujeito, na sociedade e na história (Orlandi, 2001).

Apesar de haver muitas explanações acerca dos objetivos da análise do discurso, menos freqüentemente se encontra uma definição exata sobre o que ela é. Isso pode ser explicado pelo fato de que quando se trata de pensar os sentidos implícitos na linguagem, há mais espaço para incertezas do que para afirmações ou definições categóricas (Orlandi, 2001). Contudo, os trabalhos que tratam do tema (Sitya, 1995; Orlandi, 1994; 1996; 2001; Fiorin, 2000; Minayo, 2000) possibilitam a elaboração de definições que devem ser compreendidas, não como um conceito limitante, mas como uma demarcação sutil desse campo de conhecimento que abrange a análise de discurso.

Assim, a análise de discurso consiste em uma teoria que busca conhecer uma gramática que preside a construção do texto e fornece subsídios para se lidar com o acaso e com os processos de constituição do fenômeno lingüístico, e não meramente do seu produto, em análises de comunicações em geral. Ela problematiza as evidências e explicita seu caráter ideológico, e denuncia o encobrimento das formas de dominação política nos discursos. Nesse contexto, a linguagem está marcada pelo conceito de social e histórico e deve ser considerada como uma interação inserida na relação necessária entre homem e realidade natural e

social (Orlandi, 1996). Sitya (1995) acrescenta que não se deve apreender o sentido de um texto com base apenas nas palavras que o compõem. Estas devem servir apenas como pistas que ativam conhecimentos contextuais e históricos constantes na formação discursiva em que estão inseridos.

Orlandi (1996) apresenta o quadro epistemológico da análise de discurso, fundamentado na articulação de três regiões do conhecimento científico:

- a) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações;
- b) a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e
- c) a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Neste contexto, a análise do discurso parte dos pressupostos de que o sentido de uma palavra expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas, e de que toda formação discursiva dissimula sua dependência das formações ideológicas (Minayo, 2000). Em adição, Orlandi (2001) indica outros três pressupostos: de que não há sentido sem interpretação; de que a interpretação está presente nos níveis de quem fala e de quem analisa; e de que a finalidade do analista de discurso não é interpretar, mas compreender como um texto produz sentidos.

Mas, como surgiu a análise de discurso? Sem considerar as origens históricas comuns à análise de conteúdo (a hermenêutica, a retórica, a lógica e a lingüística), Malidier (1994) estabelece um marco para o início da disciplina como análise do discurso propriamente dita, fundada por Jean Dubois e Michel Pêcheux, na década de 1960, na França. No quadro da intensificação das atividades ligadas à lingüística nessa época, a análise de discurso emerge como possibilidade de um campo novo dentro da conjuntura teórico-política. Sua dupla fundação resultou no seu desenvolvimento paralelo em torno de dois pólos: Dubois era lingüista e Pêcheux, filósofo, mas ambos compartilhavam os horizontes do marxismo e da política. Assim, o marxismo e a lingüística presidem o nascimento da análise de discurso, uma arma científica da lingüística que oferece meios novos para abordar a política. Após a virada da conjuntura teórico-política francesa iniciada em torno de 1975, e o crescimento da lingüística como ciência piloto, ocorre uma recomposição do campo da análise de discurso que dissemina seus pressupostos por toda a parte.

Do lado de Dubois, a análise do discurso é pensada como a passagem natural do estudo das palavras ao estudo do enunciado, permitida pela lingüística. Já para Pêcheux, a análise do discurso é considerada uma ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas. Assim, a análise do discurso de Dubois dá lugar à teoria da enunciação, fundamentada em princípios similares aos da técnica de enunciação da análise de conteúdo. A corrente de Pêcheux, apesar de também envolver a análise da enunciação entre seus fundamentos, anunciava um programa teórico e prático, baseado na análise automática do discurso, a qual fornecia à teoria um objeto novo, ao mesmo tempo em que os procedimentos informatizados permitiam alcançá-lo. Toda a história da análise do discurso desse ponto em diante constitui, até hoje, a história das desconstruções-reconfigurações a partir de sua construção inicial, bem como a influência das críticas manifestas no interior e no exterior do campo da lingüística (Malidier, 1994). Orlandi (2001) acrescenta que a análise do discurso preocupa-se, de um lado, com a produção teórica e sua distinção da lingüística formal, das teorias da enunciação, da análise de conteúdo, da psicanálise, da sociolingüística, etc., e com a própria análise e seus resultados.

4.2 Operacionalização da análise do discurso

O trato do material na análise do discurso envolve a apreensão de alguns conceitos desenvolvidos por seus teóricos. Entre esses conceitos, o principal é o texto, que é tido como unidade de análise. O texto, para Fiorin (2000), é o resultado da manifestação de um conteúdo (discurso) por meio de um plano de expressão qualquer. Para Orlandi (2001), o texto tanto pode ser oral como escrito, estendido também às linguagens não verbais, e contém a totalidade revelada em três dimensões de argumentação: as relações de força, posições relativas do locutor (enunciador) e do interlocutor (enunciatário); a relação de sentido existente entre esse e vários outros discursos; e a relação de antecipação, que envolve a experiência anteprojetada do locutor em relação ao lugar e à reação de seu ouvinte. O fundamental da análise do discurso é compreender o que significa o texto na filiação discursiva.

Fiorin (2000) afirma que há dois tipos de texto: os figurativos, que constroem um simulacro da realidade para representar o mundo e possuem uma função descritiva (representativa) e os temáticos, que procuram explicar a realidade, classificando-a, ordenando-a e estabelecendo relações e dependências para ela, com uma função interpretativa. Quando se analisa um texto figurativo, deve-se descobrir o tema subjacente às figuras adotadas para que elas tenham sentido. O tema, por sua vez, reveste o esquema narrativo. Para o autor, o nível dos temas e das figuras constitui um local privilegiado de manifestação da ideologia, que pode ser percebida em sua completude mediante a análise de vários discursos que tratam de um mesmo tema de

maneiras distintas. Esse tema ampliado e apreendido sob diversos espectros consiste em uma configuração discursiva.

Minayo (2000) também apresenta outros conceitos necessários à análise de discurso, como a leitura e o silêncio, em que a análise do discurso, inclusive a análise do silêncio, envolve múltiplas possibilidades de leitura e expressa relações; os tipos de discurso (lúdico, polêmico e autoritário), que resultam de determinado funcionamento específico e tipificam a atividade de dizer e o caráter recalcado da matriz do sentido, zona inconsciente e zona pré-consciente/consciente do sentido da fala que transcendem o sujeito na produção do discurso.

Cada etapa da análise de discurso deve seguir uma ordem que possibilite ao pesquisador atingir os seus objetivos. Em relação a sua operacionalização, Pêcheux (1975)⁹, citado por Orlandi (2001), subdivide a análise de discurso em três etapas: a primeira parte da superfície lingüística, passa, em seguida, ao objeto discursivo e, deste, para o processo discursivo. Orlandi (1987)¹⁰, citado por Minayo (2000), apresenta sua proposta de ordenação da operacionalização da análise de discurso mais detalhadamente, dividida entre as seguintes etapas: a) análise das palavras do texto – na qual se separam os termos constituintes do texto, analisando-se os adjetivos, substantivos, verbos e advérbios; b) análise das construções de frases; c) construção de uma rede semântica que intermedeia o social e a gramática e d) consideração da produção social do texto como constitutivo de seu sentido.

Na concepção de Fiorin (2000), a análise deve caminhar do nível mais concreto ao mais abstrato, já a produção do discurso percorre o caminho inverso. Esses níveis são o profundo (ou fundamental), que abriga as categorias semânticas que estão na base de construção de um texto e que procuram explicar os níveis mais abstratos da produção, funcionamento e da interpretação do discurso; o narrativo, que envolve a transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes, ou seja, a passagem de um estado a outro; e o discursivo, no qual as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhe dão concretude, produzindo variações de conteúdos narrativos invariantes. O exemplo 2, fornecido pelo autor com base no texto “Apólogo dos dois escudos”, de José Júlio da Silva Ramos¹¹, auxilia a compreensão desses três níveis de análise.

Exemplo 2 – Os níveis de análise do discurso

Conhecem o apólogo do escudo de ouro e de prata? Eu lho conto.
No tempo da cavalaria andante, dois cavaleiros armados de ponto em branco (= com cuidado, com esmero, completamente), tendo vindo de partes opostas, encontraram-se numa encruzilhada em cujo vértice se via erecta uma estátua da Vitória, a qual empunhava numa das mãos uma lança, enquanto a outra segurava um escudo. Como tivessem estacado, cada um de seu lado, exclamaram ao mesmo tempo:

- *Que rico escudo de ouro!*
- *Que rico escudo de prata!*
- *Como de prata? Não vê que é de ouro?*
- *Como de ouro? Não vê que é de prata?*
- *O cavaleiro é cego.*
- *O cavaleiro é que não tem olhos.*

Palavra puxa palavra, ei-los que arremetem um contra o outro, em combate singular, até caírem gravemente feridos.
Nisto passa um dervis, que depois de os pensar com toda a caridade, inquire deles o motivo da contenda.

- *É que o cavaleiro afirma que aquele escudo é de ouro.*
- *É que o cavaleiro afirma que aquele escudo é de prata.*
- *Pois, meus irmãos, observou o daroês, ambos tendes razão e nenhum a tendes. Todo esse sangue se teria poupado, se cada um de vós se tivesse dado a incômodo de passar um momento ao lado oposto.*

De ora em diante nunca mais entreis em pendência sem haverdes considerado todas as faces da questão.

No nível mais concreto de percepção do sentido evidenciado no texto acima (nível do discurso), percebe-se uma oposição entre a percepção dos cavaleiros, que os leva ao desentendimento, e a do derviche, que conduz ao entendimento. Em um nível mais abstrato (nível narrativo), toma-se o escudo como qualquer objeto de conhecimento, que está condicionado ao

⁹ PÊCHEUX, M. *Lês vérités de la palice*. Maspero, Paris. Trad. Brás. **Semântica e Discurso**, Ed. Unicamp, 1995.

¹⁰ ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Ed. Pontes, 1987.

¹¹ In: LAGES, ^a Florilégio nacional. São Paulo: LES, 1957, 2. tomo, p.29-30.

ponto de vista em que cada um se coloca para apreendê-lo, estudá-lo, analisá-lo. Ao adquirir o saber a partir de uma certa perspectiva, cada um dos sujeitos atribui a seu conhecimento a marca da certeza, do saber, e confere ao outro a qualificação de não-saber. Essa polêmica é conciliada pelo derviche quando mostra que o saber de ambos era, ao mesmo tempo, certo e equivocado, por ter sido percebido apenas em relação a um de seus aspectos. No nível profundo de análise, tem-se uma oposição semântica, constituída pelos termos /parcialidade/ versus /totalidade/, num processo de afirmação da /parcialidade/, quando cada um dos cavaleiros manifesta seu ponto de vista; e de negação dessa /parcialidade/, expressa pelo comentário do daroês, mostrando que o objeto tinha faces diferentes.

Adaptado de Fiorin (2000).

Além dos três níveis de análise, Fiorin (2000) afirma que a análise do discurso deve observar os esquemas narrativos assumidos pelo sujeito da enunciação que os converte em discurso. A enunciação é caracterizada como o ato de produção do discurso que deixa marcas no discurso que constrói e sua análise é um dos componentes da análise do discurso. Ao se estudar as marcas da enunciação no enunciado, devem-se analisar três procedimentos de discursivização: a actorialização, a espacialização e a temporalização, que consistem na constituição das pessoas, do espaço e do tempo do discurso. Nesse processo, utilizam-se dois mecanismos básicos: a debreagem, que é o mecanismo em que se projetam no enunciado a pessoa, o tempo e o espaço do enunciado ou da enunciação; e a embreagem, na qual ocorre uma suspensão das oposições de pessoa, de tempo ou de espaço. Os exemplos 3 e 4, a seguir, ilustram, respectivamente, os procedimentos de debreagem e de embreagem.

Exemplo 3 – Mecanismo de debreagem na análise do discurso

Atentar para a comparação dos dois enunciados abaixo:

“Estou sozinho agora, aqui em meu escritório. Começo a pensar no que está acontecendo em minha vida”.

“André estava sozinho naquele momento em seu escritório. Começou a pensar no que estava acontecendo em sua vida”.

No primeiro enunciado, estão projetados uma pessoa (eu), um tempo (agora) e um espaço (aqui). No segundo, uma pessoa (ele), um tempo (não agora = então) e um espaço (lá). Esses três elementos definem-se em relação à instância da enunciação: ele é aquele que não fala e aquele a quem não se fala; então (não agora) é o tempo não concomitante em relação ao momento da enunciação; lá é o espaço distinto do aqui, no qual se produz o enunciado. Nos dois casos, operou-se uma debreagem, que é o mecanismo em que se projeta no enunciado, quer a pessoa (eu/tu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação, quer a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (lá) do enunciado. A partir desse esquema básico, podem-se fazer inúmeras combinações de pessoa, tempo e espaço que evidenciam o ato de produção do discurso.

Adaptado de Fiorin (2000).

Exemplo 4 – Mecanismo de embreagem na análise do discurso

Quando o pai diz ao filho:

“O papai não quer que você faça isto”,

Suspende-se a oposição entre eu e ele, empregando-se a terceira pessoa em lugar da primeira. O mesmo procedimento pode-se utilizar em relação às oposições temporais ou espaciais.

Adaptado Fiorin (2000).

Fiorin (2000) explica que, na análise do discurso, devem-se considerar também as relações entre enunciador e enunciatário, em que o primeiro procura persuadir o segundo, o qual busca interpretar o primeiro. Esse fato implica conceber o ato de comunicação como um complexo jogo de manipulação que visa a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. A fim de exercer a persuasão sobre o enunciatário, o enunciador lança mão de um conjunto de procedimentos argumentativos que constituem as relações entre esses dois atores. Entre os procedimentos argumentativos mais freqüentes, destacam-se a ilustração, em que o narrador enuncia uma afirmação geral e dá exemplos com a finalidade de comprová-la, e as figuras de pensamento

(retóricas), ou elementos do texto que remetem à instância da enunciação (o eu inscrito no discurso) e elementos que se referem à instância do enunciado (o não eu). Em função de suas estratégias de persuasão, o enunciador constrói discursos nos quais há um acordo entre enunciado e enunciação, ou discursos que apresentam conflitos entre essas duas instâncias. No caso de haver acordo, o discurso x deve ser lido como x; no caso contrário, o discurso x deve ser entendido como não-x.

As figuras de pensamento que envolvem oposições entre enunciado e enunciação são classificadas por Fiorin (2000) entre categóricas, representadas como afirmação e negação; e graduais, expressas como mais ou menos. As principais figuras de pensamento no âmbito das oposições categóricas são:

- a) ironia ou antífrase – quando se afirma no enunciado e se nega na enunciação, visando a chamar atenção entre o que o objeto realmente é e o que se afirma sobre ele no enunciado;
- b) lítotes – quando se nega no enunciado e se afirma na enunciação com efeito de atenuação;
- c) preterição – quando se afirma no enunciado e se nega explicitamente na enunciação, afirmando textualmente que não se pretende dizer o que foi dito;
- d) reticência – quando não se diz no enunciado e se diz na enunciação, ou seja, suspende-se o enunciado e a enunciação é responsável por indicar o que seria dito.

As figuras de pensamento mais utilizadas no domínio das oposições graduais, utilizadas para modificar o sentido exato do texto, são:

- a) eufemismo – quando se atenua no enunciado e se intensifica na enunciação;
- b) hipérbole – quando se intensifica (exagera) no enunciado e se atenua na enunciação.

Essas figuras de pensamento constituem recursos de persuasão de que o enunciador dispõe e, ao instaurarem no discurso o segredo e a mentira, produzem novos significados, encobrindo-os (Fiorin, 2000).

Destacam-se, por fim, alguns pontos que devem ser observados na execução de uma análise do discurso, apontados por diversos autores. Em relação à análise de entrevistas, Martin (1990)¹², citado por Peterson & Albrecht (1999), afirma que se deve atentar para rupturas, contradições ou momentos em que o discurso do entrevistado perde o sentido; interpretar as metáforas identificadas como uma fonte rica de múltiplos significados, e examinar os silêncios e pausas, ou o que ficou subentendido. Em adição, Sitya (1995) defende que é importante considerar, além do que foi externalizado, também os significados implícitos naquilo que não foi falado, bem como os elementos intertextuais do discurso. Quanto aos procedimentos a serem adotados, Orlandi (1996) ressalta que a linguagem deve ser apreendida como uma atividade de interação social, servindo apenas para ativar os conhecimentos contextuais e históricos dados pela formação discursiva em que estão inseridos. Esse marco representa um dos aspectos que distinguem a Análise do Discurso da Análise de Conteúdo, os quais serão discutidos a seguir.

5 Um paralelo traçado entre a análise de conteúdo e a análise do discurso

Após a definição, especificação e contextualização da análise de conteúdo e da análise do discurso, seguidas de comentários acerca de sua utilização, organização e operacionalização, mostra-se possível elaborar alguns comentários que possam reforçar a distinção entre elas e facilitar sua compreensão.

De forma mais geral, percebe-se que a análise de conteúdo toma o texto como documento restrito a ser compreendido e como ilustração de uma situação, limitada a seu próprio contexto. Nesse caso, ela parte da estrutura do texto para interpretá-lo. Por outro lado, a análise do discurso considera que a situação está atestada no texto e busca mais a compreensão do processo produtivo do discurso do que a interpretação do texto como um fim em si mesmo. Dessa forma, a análise do discurso parte da condição de produção do texto para interrogar sua interpretação que, para Orlandi (2001), está relacionada aos diversos tipos de linguagem e, por isso, pode tomar formas variadas. Nesse caso, percebe-se que os dois campos teóricos assumem sentidos distintos porque tomam direções inversas: a análise do discurso parte da enunciação para o discurso e a análise de conteúdo, do discurso para a enunciação, ou seja, a análise do discurso não visa o que o texto quer dizer, como é a posição da análise de conteúdo em face de um texto, mas como ele funciona diante de um determinado contexto social e histórico.

Do ponto de vista metodológico, também esse embate entre a análise do discurso e a interpretação é um grande responsável por sua demarcação em relação à análise de conteúdo, porque a análise do discurso não interpreta os textos que analisa, mas sim os resultados da análise de que esses textos constituem o corpus (Orlandi, 2001). A análise de conteúdo, por sua vez, busca o sentido do texto expresso em sua estrutura e

¹² MARTIN, J. Deconstructing organizational taboos: the suppression of gender conflict in organizations. *Organizational Science*, v.1, p.339-359, 1990.

procura interpretá-lo a partir daí, partindo do estudo do léxico como uma lista de morfemas sem ligação com a sintaxe, a qual também não é entendida como própria de uma língua dada, em um momento histórico.

Para a autora, um outro elemento que promove a distinção entre a análise de conteúdo e a análise do discurso é justamente esse caráter de historicidade que a segunda possui, ou seja, a maneira como ela dá significado e delimita a natureza, resultando numa diferença conceitual expressa também nos resultados das análises. Assim, o acontecimento entendido, na análise do discurso, em sua relação com a estrutura, tem um sentido teórico específico, com conseqüências metodológicas que estabelecem o corte com a análise de conteúdo.

No entanto, as diferenças entre os dois campos do conhecimento não significam que não haja pontos comuns entre eles, o que leva muitos pesquisadores a utilizar em um pelo outro. Segundo Orlandi (2001), esses pontos referem-se à maneira como a teoria da enunciação (utilizada como técnica pela análise de conteúdo), a partir do discurso, passou também a considerar a relação do sujeito com a língua. O modo como trabalham o real da língua na sua relação com o real da história e com a ideologia, contudo, as diferencia. A autora resume essa distinção fundamental entre a análise do discurso e a análise de conteúdo no fato de que

“(...)a relação do sujeito com a linguagem e a história que é a base teórica da análise de discurso se coloca pela maneira particular com que ela explicita o fato de que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo por um processo que tem como fundamento a ideologia e, eu acrescentaria, tendo como unidade o texto. (...)tomar o texto como venho tomando, e não o enunciado ou a frase ou a palavra, como unidade de análise, é sair da relação referencial (linguagem/mundo) para a da textualização do discurso (efeitos de sentido) e para a análise da significância do/para o homem (sujeito) na (sua) história. (...) Isto significa um corte na relação palavra/coisa, pois a palavra já é vestígio de (outros) discursos (presentes por sua anuência necessária)” (Orlandi, 2001: p. 47).

6 Considerações finais

A elaboração deste ensaio objetivou proporcionar uma melhor compreensão acerca do que constitui a análise de conteúdo e a análise do discurso, fornecendo um caminho que possa nortear sua utilização adequada em pesquisas no âmbito das ciências sociais. Deve-se considerar, entretanto, que o desenvolvimento tanto da análise de conteúdo como da análise do discurso em uma investigação envolve conhecimentos mais específicos e exige do pesquisador uma capacidade para sugerir e elaborar suas próprias propostas de análise, dentro das possibilidades que esses dois campos do conhecimento oferecem. A aquisição e sistematização desse conhecimento são possibilitadas pelo estudo mais abrangente de autores que trabalham os referidos temas, os quais não são abarcados com tal profundidade pela proposta deste trabalho.

Contudo, acredita-se que se este ensaio não conduz os leitores a um fim pode, ao menos, abrir possibilidades para um começo, ao despertar interesse sobre a análise de conteúdo e a análise do discurso e ao introduzi-los em seus princípios e fundamentos, mesmo de uma forma mais generalizada.

7 Referências bibliográficas

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 93 p.
- GADET, F. Prefácio. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997. p. 7-12.
- HARRIS, H. Content analysis of secondary data: a study of courage in managerial decision making. **Journal of Business Ethics**, v. 34, n. 3/4, p.191-208, Dec. 2001.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997. p. 13-38.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. p. 15-28.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1996. 118 p.

_____. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001. 218 p.

_____. **O que é lingüística**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 71 p.

_____. Uma amizade firme, uma relação de solidariedade e uma afinidade teórica. In: _____. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. 277 p.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 61-162.

PETERSON, L. W.; ALBRECHT, T. L. Where gender/power/politics collide: deconstructing organizational maternity leave policy. **Journal of Management Inquiry**, Thousand Oaks, v. 8, n. 2, p. 168-181, June 1999.

SITYA, C. V. M. **A lingüística textual e a análise do discurso**: uma abordagem indisciplinar. Frederico Westphalen, RS: Ed. da URI, 1995. 83 p.